

**BIBLIOTECAS, LIVROS E OPULÊNCIA EM PORTUGAL E NO
BRASIL NOS SÉCULOS XVIII E XIX**

Djalma Augusto dos Santos Mello

Abril de 2016

A Biblioteca Real de Lisboa foi uma das mais expressivas bibliotecas da Europa, sobretudo, por ter tido um acervo de 70 mil livros e qualificada pelos faustos eruditos, como ponto de encontro cultural e civilizatório, em uma cidade conservadora, absolutista e excessivamente escatológica, principalmente, com a interferência dos jesuítas na educação portuguesa e nas suas colônias.

Seu atraso intelectual no século XVIII foi ferozmente tripudiado por Voltaire e Jean-Jacques Rousseau, prontamente configurada com galhofas de um país e de uma capital que encontrava-se, na mais profunda ignorância científica, com ausência de civilidade e erudição literária na ampla maioria da população portuguesa. Após o terremoto que ocorreu em 1755, as explicações alimentaram o auto da fé e com retóricas apocalípticas.

Após a morte de d. João V e a ascensão de d. José I, Portugal assiste um sensível iluminismo lusitano, sob os olhares do Marques

AVL

Academia Volta-redondense de Letras

de Pombal, com reformas estruturais urbanas pós o terremoto, oxigenando uma cidade fétida e imunda, investindo nas ciências como Matemática, Filosofia, Belas-Artes, Literatura, História de Portugal e do Brasil, além de uma intensa cruzada contra os jesuítas que cultuavam o próprio atraso e queriam manter um projeto de poder. No último quartel dos setecentos, a Real Biblioteca foi reconstruída com compra de códices raros.

Por toda a Europa, compravam livros de eruditos e doutos lusitanos e o responsável pela biblioteca era o bibliotecário-mor, nomeado pelo Rei e tratado como um membro da fidalguia, além do importante acervo da Universidade de Coimbra. Após o falecimento de d. José I, Pombal caiu em desgraça, devido à forte oposição de Dona Maria I, A piedosa, que não aceitava os mandos e desmandos do Marquês de Pombal e as suas reformas, gerando melancolia para ele e seus colaboradores. O período mariano foi impiedoso com o Pombal, sendo destituído de cargos, isolado politicamente, degredado em sua própria terra e numa triste e lenta morte por causa da lepra, desfigurando-o, amaldiçoado pelos jesuítas, lembrando-nos das penitências verossímeis do trovadoresco Gil Vicente em sua obra Auto da Barca do Inferno, ou seja, àqueles encontravam-se em grandes dívidas com o pecado, seguiria em um barco para o inferno.

O bibliotecário-mor Perdigão, mensurava a importância cultural e histórica da Biblioteca Real, herança deixada pelos monarcas, verdadeiros incunábulo voltados para a botânica, história, direito, literatura, teologia, além de mapas e obras de autores clássicos voltados para a cultura heleno-latina, tornando-se um espaço para os letrados auspiciosos.

A REVOLUÇÃO DA LEITURA

A criação da Imprensa Régia no dia 13 de maio de 1808 contribuiu para o surgimento de periódicos na Bahia e no Rio de Janeiro. A historiadora literária Maria Beatriz Nizza menciona o Gazeta do

AVL

Academia Volta-redondense de Letras

Rio de Janeiro e em 1813 O Patriota, com notícias voltadas para a Guerra na Europa, devido as invasões napoleônicas, costumes, moda, além de textos voltado para a moral cristã luso-brasileira, sob os olhos do Conde dos Arcos e pela censura da Monarquia que encontravam-se nos trópicos, apresentando uma literatura coercitiva e sem qualquer interesse nas ciências que estavam sendo desenvolvidas nos Estados Unidos e na Europa Revolucionária ou "Revolução da Leitura" na concepção do historiador Roger Chartier.

O periódico Correio Braziliense foi claramente oposicionista em relação a escravidão no Brasil, destacando-se o intelectual e crítico do sistema, o maçom Hipólito da Costa durante a existência do periódico entre 1808 e 1822, tendo a sua sede em Londres, desejando o fim da escravidão e a humanização dos negros, um tema recorrente na Grã - Bretanha. Em Portugal, o Jornal de Coimbra contribuiu de uma forma ainda incipiente, produções na literatura e nas ciências, mas relevante para a intelligentsia iluminista em Portugal. Em meados do século XVIII, o jornal Enciclopédico, publicado em Lisboa, tinha como organizador José Agostinho de Macedo que apresentava as seguintes palavras sobre a literatura: "Excitar os portugueses, a que lidam pela honra da pátria e das letras, procurando e promovendo o fomento e amor às artes e às ciências pelos mesmos meios que Erasmo empregou para excitar os cônegos de Metz ao publicarem os manuscritos de sua biblioteca". Roger Chartier cita a Revolução Intelectual do leitor no século XVIII, modificando o seu costume de leitura silenciosa para em voz alta; da leitura pública para a leitura privada, além de ser "intensiva" e "extensiva", enfim, para si e para os outros, do sensível aumento de livros proibidos à venda e com a intensa produção iluminista na Sociedade Tipográfica de Neuchâtel na Suíça, um local onde não existiu censura e perseguição inquisitorial.

No Brasil, o magnânimo José Bonifácio de Andrade e Silva (1780-

AVL

Academia Volta-redondense de Letras

1838) tinha interesse na ciência, principalmente, na mineralogia, tornando-se uma referência nos elementos geológicos do Brasil, buscando informações científicas e literárias no final do século XVIII e até o fim de sua vida, na Ilha de Paquetá. José Bonifácio foi um homem culto, estudioso dos historiadores Tito Lívio, Tácito, do filósofo Aristóteles e dos seus contemporâneos Voltaire e Gibbon. Bonifácio apresentou uma teoria que foi considerada pela aristocracia rural como um descalabro com o fim da escravidão de uma forma paulatina e o processo civilizatório do Brasil de uma forma natural, acreditando na heterogeneidade da "raça" brasileira como um caminho para o progresso. Por causa dessa teoria, José Bonifácio sofreu uma exclusão do governo monárquico e exilado na França em 1833.

OS LIVROS E A MEDICINA ENTRE 1850-1880 NA CORTE

A capital do Império já apresentava ares de austeridade intelectual com o crescimento, ainda que discreto, de leitores na Corte Imperial entre 1850 e 1880. Ao longo do século XIX, o Rio de Janeiro já tinha a sua Faculdade de Medicina, inaugurada em 1808 e o Real Gabinete Português de Leitura em 1837. Segundo o Almanak Laemmert, em 1850 o Real Gabinete Português de Leitura tinha 26.000 livros, e em um espaço de 30 anos, ou seja, em 1880, apresentava um acervo de 225.000 livros. O Rio de Janeiro ao longo dos oitocentos tinha 6 bibliotecas, onde advogados, médicos e letrados em geral obtinham empréstimos de livros. Além das obras na biblioteca da Faculdade de Medicina, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Fluminense.

AVL
Academia Volta-redondense de Letras

Tabela - Crescimento do acervo de bibliotecas e gabinetes de leitura da cidade do Rio de Janeiro (1850-1889)

Bibliotecas	1850	1850	1860	1865	1870	1875	1880	1885	1889
Biblioteca Fluminense	10.000	18.000	28.000	32.000	36.000	42.000	44.000	45.000	60.000
Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	35.000	35.000
Biblioteca da Sociedade Germânica	-	-	-	-	-	-	-	-	8.000
Biblioteca Nacional	-	-	-	-	-	120.000	124.000	140.000	170.631
Gabinete de Leitura Inglês	-	-	-	-	-	7.000	7.000	12.000	-
Gabinete Português de Leitura	16.000	27.000	32.000	40.000	42.000	50.000	50.000	62.473	64.000
Total	26.000	45.000	60.000	72.000	78.000	219.000	225.000	249.473	277.631

Fonte: Almanack Laemmert (1850-1889)

As livrarias Garnier e Universal vendiam livros de medicina na charmosa Rua do Ouvidor e ponto de encontro da intelligentsia carioca, paulista e nordestina. Os interessados buscavam exemplares nos classificados do Jornal do Commercio entre 1850 e 1889 e de autores que produziam um trabalho literário, principalmente, voltado para os aspectos psiquiátricos, sob forte influência de Pinel e Esquirol. Se na literatura oitocentista entre o Romantismo e o Pré - Modernismo a língua francesa tornava-se a língua dos eruditos, os intelectuais franceses encontravam-se em um renascimento próprio, os médicos italianos e as suas obras

AVL

Academia Volta-redondense de Letras

farmacológicas estavam na vanguarda, dando um impulso nos estudos da Medicina e de outras ciências médicas na Capital do Império, e paulatinamente, em outras áreas do país.

A BIBLIOTECA DE RUI BARBOSA

O advogado e senador da República Rui Barbosa foi um dos maiores leitores que o Brasil já teve, acumulando ao longo de sua vida, cerca de 37 mil livros em sua casa no Rio de Janeiro. Rui enveredou-se na leitura e coleção de livros em 1871, destacando-se e impressionando os colegas na Faculdade de Direito em São Paulo. Enquanto os colegas levavam poucos livros e várias peças de roupa nas viagens, Rui Barbosa fazia o inverso, viajando com muitos livros e pouca roupa. Rui Barbosa não gostava de ser chamado de bibliófilo ou colecionador, mas como um leitor, um apaixonado pelas ciências. Respeitando-lhe como um leitor e um intelectual ativo e ativo e sua esposa Maria Augusta, deu-lhe apoio incondicional na compra dos livros. Outros apaixonados por livros e pela pesquisa, deixaram inventários, tendo o montante das heranças eram livros. Os senhores Jerônimo Máximo de Nogueira Penido deixou 44,8% dos seus bens em livros e José Benício de Abreu com 83,5% dos seus bens também em livros.

A biblioteca de Rui Barbosa era heterogênea em línguas e temáticas, com livros em português, latim, francês e inglês. Sua biblioteca era extremamente organizada. Rui Barbosa colecionava livrinhos de guia de turismo, uma das paixões do leitor nas observações do amigo Joaquim Nabuco. Sua biblioteca era recheada de livros de Direito, mas era um apaixonado por História e lia obras sobre Napoleão Bonaparte: *Napoléon, par le écrivains de Charles Chassé*; e do historiador francês François Constancé Les indiscretions d'un préfet de Police de Napoléon. Em sua biblioteca encontrava-se obras de José de Alencar e Machado de Assis, além de gostar dos romancistas mais conhecidos do público francês e brasileiro como Honoré de Balzac, Gustave Flaubert e Alexandre

AVL

Academia Volta-redondense de Letras

Dumas. Era um leitor de assuntos voltados para a jurisprudência, botânica, Geografia e Belas-Artes. Sua esposa Maria Augusta dizia para os mais próximos, que era uma luta tirá-lo de sua casa para uma vida mais social. Se dependesse dele, passaria dia e noite em sua biblioteca, "devorando" obras, em uma biblioteca que atingiu um volume invejado por muitos e sendo criticado por esbanjar livros ou opulência via biblioteca que se consolidou como tal, depois de 1893. No primeiro quartel do século XX, o Governo Federal comprou a casa de Rui Barbosa, decretando-a como propriedade do governo com o consentimento de Maria Augusta após o falecimento do jurista, preservando a sua biblioteca, arquivos, manuscritos e a casa, mantendo viva a sua memória e intelectualidade, através do Decreto n. 4.789, de 2 de Janeiro de 1924.

BIBLIOGRAFIA

Orgs. Bessone, Tânia Maria, Hue, Sheila e outros. D. João VI e o oitocentismo. Ed. Contra Capa, Rio de Janeiro, RJ. 2008;

Orgs. Schwarcz, Lilia Moritz, da Costa, Angela Marques e outros. A longa viagem da biblioteca dos Reis: Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, SP. 2002;

Orgs. Ribeiro, Gladys Sabina. Gonçalves, Monique de Siqueira. O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas. Ed. Alameda Casa Editorial. São Paulo, SP. 2013;

Org. P. das Neves, Lúcia Maria Bastos. Livros e Impressos: Retratos do Setecentos e do Oitocentos. Ed. UERJ. Rio de Janeiro, RJ. 2009.